

*Associação de Futebol do Porto*  
*Conselho de Arbitragem*



**NORMAS DE CLASSIFICAÇÃO  
FUTSAL**

**ÁRBITROS E OBSERVADORES**

**Época 2019 / 2020**

## **CAPÍTULO I**

### **CLASSIFICAÇÃO DOS ÁRBITROS DE FUTSAL**

Normas Genéricas .....	3
------------------------	---

## **CAPÍTULO II**

### **CLASSIFICAÇÃO DOS ÁRBITROS**

A) Critérios .....	4
B) Testes Escritos sobre Leis do jogo e regulamentos .....	4
1. Teste Escrito todas as categorias .....	5
2. Teste Escrito (categorias CJ) .....	6
3. Teste Escrito Inglês (categorias C3) .....	6
4. Índice Massa Corporal .....	6
C) Testes Físicos .....	6
1. Provas de agilidade e habilidade .....	6
2. Teste do YO-YO .....	7
D) Prova Não Concluída / Não Realizada .....	8
E) Reclamações .....	8
F) Bonificações / Dispensas / Penalizações .....	8
G) Determinação da Pontuação Final .....	9

## **CAPÍTULO III**

### **CLASSIFICAÇÃO DOS OBSERVADORES**

Normas Genéricas .....	10
A) Critérios .....	10
B) Classificação .....	11

## **CAPÍTULO IV**

### **PENALIZAÇÕES / BONIFICAÇÕES**

A) Avaliação Teórica .....	12
B) Avaliação Prática .....	12
C) Determinação da Pontuação Final .....	13

## **CAPÍTULO I**

### **CLASSIFICAÇÃO DOS ÁRBITROS DE FUTSAL**

#### **Normas Genéricas**

No pressuposto das competências exclusivas definidas no Regimento do Conselho de Arbitragem, da Associação de Futebol do Porto, bem como do Regulamento de Arbitragem em vigor, são publicadas as presentes Normas de Classificação para a Época 2019/2020 (FUTSAL).

1. A classificação dos árbitros da categoria C3 é obtida através da pontuação em 5 (cinco) componentes: observações técnicas na superfície de jogo, observações em vídeo (se a aplicar), testes físicos, provas escritas sobre leis do jogo e regulamentos, teste (s) de inglês, IMC e penalizações/bonificações.
2. A classificação dos árbitros da categoria C4 é obtida através da pontuação em 4 (quatro) componentes: observações técnicas na superfície de jogo, testes físicos, provas escritas sobre Leis do jogo e regulamentos e penalizações/bonificações. Poderá ainda ser acrescentada uma componente através da observação em vídeo.
3. A classificação dos árbitros das categorias C5 e C6 é obtida através da pontuação em 3 (três) componentes: provas escritas sobre leis do jogo e regulamentos, testes físicos e bonificações/penalizações.
4. Os árbitros das categorias CJ e EC1, não sendo classificados, serão aferidos no decorrer da época por dois testes físicos e duas provas escritas sobre Leis do jogo e regulamentos.
5. A classificação dos observadores é obtida através da pontuação em 3 (três) componentes: provas escritas sobre leis do jogo e regulamentos, testes práticos de elaboração de um relatório técnico de observação após visionamento de parte ou partes de um jogo que poderá, eventualmente, ser substituído por "apontamentos para o relatório técnico" e, por ultimo, Bonificações / Penalizações.
6. Os árbitros que não obtenham pelo menos 60 pontos no teste escrito ou 15.1 no yo-yo assim como os observadores no teste escrito e no prático não obtenham 60 pontos ficam a partir dessa data, impedidos de promoção.
7. Verificando-se a situação descrita em 6., os árbitros apenas serão classificados para efeitos de manutenção ou despromoção na categoria considerando-se, unicamente, as notações atribuídas nos testes escritos e físicos, assim como eventuais bonificações e penalizações de âmbito disciplinar e/ou assiduidade.
8. Todos os árbitros que no final da época não possuam elementos classificativos suficientes, serão despromovidos à categoria imediatamente inferior.
9. Poderá não ser aplicada a norma referida em 7., desde que o Conselho de Arbitragem delibere aceitar um relatório médico que ateste a incapacidade do árbitro para atuar por motivo de saúde, lesão (em jogo oficial), gravidez ou, ainda, pelo facto do árbitro ter solicitado licença temporária por uma época completa e a mesma lhe tenha sido concedida antes do início das competições da presente época desportiva.
10. Na circunstância de ter de se aplicar o regulamentado em 9., o árbitro ficará sem classificação no final da época em curso mantendo, no entanto, a sua categoria para a época seguinte
11. Qualquer reclamação sobre o preenchimento dos relatórios dos observadores, da classificação dos testes escritos ou das provas físicas, deverá efetuar-se no prazo máximo de três dias úteis, após a receção da notificação. Deverá ser efetuada, obrigatoriamente, para o endereço eletrónico arbitragem@afporto.pt, que a submeterá ao parecer da comissão de Apoio Técnico. O Conselho de Arbitragem tem o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para proferir a decisão.

12. No que respeita a reclamações e recursos sobre o teor dos relatórios técnicos dos observadores, da correção dos testes escritos e dos resultados das provas físicas, o Conselho de Arbitragem é considerado como última instância, após ter recebido da CAT os pareceres e propostas de decisão, que são da responsabilidade desta.
13. A CAT apreciará todos os relatórios técnicos dos jogos, devendo propor ao Conselho de Arbitragem alteração das respetivas notas, mas somente daqueles que tenham sido objeto de reclamação,
14. Para efeitos de validação de classificação do relatório técnico do observador, considera-se como mínimo a conclusão da primeira parte do respetivo jogo.
15. Também para efeitos de validação da classificação do relatório técnico do observador, o mesmo relatório só poderá ser considerado caso o jogo tenha sido dirigido por uma equipa de arbitragem constituída, na sua totalidade, por árbitros oficiais.
16. Nos casos de igualdade pontual na classificação dos árbitros das categorias C3 e C4 será utilizado o critério da idade mais baixa. Se ainda assim a igualdade subsistir, será utilizado o critério de antiguidade na categoria.
17. Nos casos de igualdade pontual na classificação dos árbitros das categorias C5 e C6, será utilizado o critério da idade mais baixa. Se ainda assim a igualdade subsistir, será utilizado o critério de antiguidade de filiação na AFP (arbitragem).
18. O Conselho de Arbitragem poderá, a todo o momento, solicitar parecer à CAT sobre qualquer situação técnica que entenda, com as eventuais repercussões classificativas sobre os agentes de arbitragem envolvidos, como se de uma reclamação se tratasse.
19. Qualquer tentativa, concretizada ou não, de utilização de meios ilícitos em qualquer das provas classificativas mencionadas nas presentes normas, levará à anulação da prova em causa, considerando-se, para todos os efeitos, que a classificação da referida prova é 0 (zero).
20. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Arbitragem.

## **CAPÍTULO II**

### **CLASSIFICAÇÃO DOS ÁRBITROS**

#### **A) CRITÉRIOS**

1. A pontuação é atribuída em função dos relatórios dos observadores, do relatório de visionamento de vídeo (a ser aplicado) e aprovada pelo Conselho de Arbitragem, em consequência dos pareceres da CAT quando esta tenha sido chamada a pronunciar-se e haja alterado a classificação atribuída;
2. Pontuação dos testes escritos e testes físicos com efeitos classificativos prestados pelos árbitros ao longo da época;
3. Aos árbitros será aplicada a bonificação de 0,005 (cinco milésimas) por cada presença nas sessões técnicas ministradas pela CAT ou Núcleo Árbitros, sendo neste caso validado por um membro do Conselho de Arbitragem ou da CAT e, de 0,002 (duas milésimas) por cada presença nos Centros de Treino oficializados pelo Conselho de Arbitragem. Em cada sessão será assinada a respetiva folha de presenças;
4. Bonificações e Penalizações.

#### **B) TESTES ESCRITOS SOBRE LEIS DO JOGO E REGULAMENTOS**

Os testes escritos são de escolha múltipla, mistos ou de desenvolvimento, sobre as leis do jogo e regulamentos, com 20 (vinte) perguntas.

Testes realizados em 45 (quarenta e cinco) minutos se de escolha múltipla e de 60 (sessenta minutos) nos outros.

A pontuação será numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. Serão realizados 3 (três) testes para as categorias C3 e 2 (dois) testes para as categorias C4, C5 e C6, ao longo da época e em momentos distintos, sendo que os árbitros das categorias CJ e EC1 realizarão dois testes no decorrer da época, com caráter de aferição.

A resposta a cada pergunta é pontuada de acordo com a seguinte escala, nos testes de escolha múltipla:

- Resposta correta: 5 Pontos
- Resposta incorreta: 0 Pontos
- Sem resposta: 0 Pontos

A resposta a cada pergunta é pontuada de acordo com a seguinte escala, nos testes de desenvolvimento:

- Resposta correta: 5 Pontos
- Resposta incompleta: 2 Pontos
- Resposta Incorreta: 0 Pontos

## **1. Teste Escrito para todas as categorias**

A pontuação dos testes escritos sobre as leis do jogo e regulamentos (de 0 a 100 pontos) será reconvertida, no FINAL da ÉPOCA, numa nota de observação.

**1.1.** A nota final é a resultante da média aritmética dos testes realizados;

**1.2.** Se não obtiver, no mínimo, 60 (sessenta) pontos (em qualquer dos testes) considera-se que falhou a prova escrita;

**1.3.** A prova falhada, suspende automaticamente o processo classificativo do árbitro para efeitos de promoção;

**1.4.** O mínimo a obter para se manter apto a ser nomeado para os campeonatos seniores é de 60 (sessenta) pontos, para todas as categorias.

### **Conversão:**

100 = 8,4

**Exemplo:** 1º teste: 100 pontos = 8,4

93 a 99 = 8,3

2º teste: 92 pontos = 8,2

86 a 92 = 8,2

Média aritmética:  $(8,4 + 8,2) / 2 = 8,3$

79 a 85 = 8,1

A nota final resultante dos dois testes é = 8,3.

70 a 78 = 8,0

60 a 69 = 7,4

50 a 59 = 7,3

< 50 = 7,0

**\* Aplica-se a mesma norma no caso de 3 testes.**

## **2. Teste Escrito (categorias CJ)**

2.1. Serão realizados 2 (dois) testes escritos sobre as Leis do jogo e regulamentos (de 0 a 100 pontos) que, muito embora seja obrigatório não terá carácter classificativo.

**3. Teste de Inglês** - a pontuação é de 0 a 100 e será convertida da mesma forma que os testes escritos e estes realizam-se apenas para os árbitros da categoria de C3.

#### 4. INDICE MASSA CORPORAL

Todos os árbitros da categoria C3 serão submetidos a avaliação do Índice da Massa Corporal e terão bonificação ou penalização, conforme a tabela abaixo indicada:

Cálculo IMC	Bonificação	Penalização
Abaixo de 18,5	0	0
Entre 18,5 e 23,9	<b>0,10</b>	0
Entre 24 e 29,9	<b>0,05</b>	0
Entre 30 e 34,9	0	<b>0,05</b>
Entre 36 e 39,9	0	<b>0,075</b>
40 e acima	0	<b>0,10</b>

Para determinar o IMC será necessário a introdução dos dados de altura e peso

#### C) TESTES FÍSICOS

Serão realizados 3 (três) testes para as categorias C3 e 2 (dois) testes para as categorias C4, C5 e C6, ao longo da época em momentos distintos, sendo que os árbitros das categorias C1 e EC1 realizarão dois testes no decorrer da época, com carácter de aferição e aplicar-se-ão os tempos e distâncias mencionados nas presentes normas.

##### 1.PROVAS DE VELOCIDADE E AGILIDADE

A prova de velocidade consiste num percurso de 4x10 metros, a ser executado duas vezes. A prova de agilidade consiste num percurso de corrida, com diferentes tipos de movimentação, a ser executado duas vezes. Ambas as provas devem ser percorridas no tempo máximo de acordo com as tabelas seguintes:

ÁRBITROS FUTSAL (Masculino e Feminino)				
PROVA Nº	TESTE	NÍVEL (PATAMAR)	PENALIZAÇÃO	BONIFICAÇÃO
1	Corrida 4x10 metros	< = 11s	0	0
		> 11s	0,25	0
2	Agilidade	< = 21s	0	0
		> 21s	0,25	0
3	Corrida 4x10 metros	< = 11s	0	0
		> 11s	0,25	0
4	Agilidade	< = 21s	0	0
		> 21s	0,25	0

a) No final das provas de velocidade e de agilidade se algum árbitro tiver ultrapassado o tempo máximo num percurso, e apenas num, de uma das provas, e apenas numa, poderá repetir o percurso em causa no final das provas.

b) Se na repetição do percurso voltar a ultrapassar o tempo máximo respetivo considera-se que falhou o Teste Físico.

## 2. TESTE YO-YO

Teste YO-YO Consiste em correr sucessivos percursos de 40 metros (20+20) intercalados com pausas de 10 segundos de recuperação. A corrida está organizada em níveis (patamares) de velocidade crescente que se encontram descritos na tabela apresentada. Será atribuída uma pontuação de acordo com as tabelas seguintes:

ÁRBITROS FUTSAL (Masculino e Feminino)				
PROVA Nº	TESTE	NÍVEL (PATAMAR)		NOTA
5	YO-YO	17.5		8,4
		16.5 a 17.4		8,3
		15.8 a 16.4		8,2
		15.5 a 15.7		8,1
		14.8 a 15.4		7,4
		<14.8		7,0

Se não cumprir o nível mínimo (15.4) considera-se que falhou o Teste Físico.

### NÍVEIS (PATAMARES) DO TESTE YO-YO

5.	1 (40)							
9.	1 (80)							
11.	1 (120)	2 (160)						
12.	1 (200)	2 (240)	3 (280)					
13.	1 (320)	2 (360)	3 (400)	4 (440)				
14.	1 (480)	2 (520)	3 (560)	4 (600)	5 (640)	6 (680)	7 (720)	8 (760)
15.	1 (800)	2 (840)	3 (880)	4 (920)	5 (960)	6 (1000)	7 (1040)	8 (1080)
16.	1 (1120)	2 (1160)	3 (1200)	4 (1240)	5 (1280)	6 (1320)	7 (1360)	8 (1400)
17.	1 (1440)	2 (1480)	3 (1520)	4 (1560)	5 (1600)	6 (1640)	7 (1680)	8 (1720)
18.	1 (1760)	2 (1800)	3 (1840)	4 (1880)	5 (1920)	6 (1960)	7 (2000)	8 (2040)
19.	1 (2080)	2 (2120)	3 (2160)	4 (2200)	5 (2240)	6 (2280)	7 (2320)	8 (2360)
20.	1 (2400)	2 (2440)	3 (2480)	4 (2520)	5 (2560)	6 (2600)	7 (2640)	8 (2680)
21.	1 (2720)	2 (2760)	3 (2800)	4 (2840)	5 (2880)	6 (2920)	7 (2960)	8 (3000)
22.	1 (3040)	2 (3080)	3 (3120)	4 (3160)	5 (3200)	6 (3240)	7 (3280)	8 (3320)
23.	1 (3360)	2 (3400)	3 (3440)	4 (3480)	5 (3520)	6 (3560)	7 (3600)	8 (3640)

## D) PROVA NÃO CONCLUÍDA / PROVA NÃO REALIZADA

## **1. Prova não concluída**

- 1.1. O árbitro que não obtenha pontuação mínima na prova escrita ou não conclua as provas físicas nos tempos e distâncias exigidos, fica com a sua atividade condicionada em termos de nomeação até à prestação de novas provas, cabendo ao Conselho de arbitragem a gestão nas nomeações;
- 1.2. Os árbitros que não obtenham pelo menos 60 pontos no teste escrito ou 15.1 no yo-yo, ficam a partir dessa data, impedidos de promoção.

## **2. Prova não realizada**

- 2.1. Quando por qualquer outro motivo o árbitro não comparecer a qualquer das provas escritas / físicas para as quais tenha sido convocado ou, comparecendo, não as realize e não apresente qualquer justificação ou ainda, apresentando-a, a mesma não seja aceite por deliberação do Conselho de Arbitragem, terá como consequência a sua despromoção no final da época face à insuficiência de elementos classificativos.

## **E) RECLAMAÇÕES**

- § - No que respeita a reclamações sobre os relatórios dos observadores, do relatório de visionamento de vídeo (a ser aplicado), da classificação dos testes escritos e dos resultados das provas físicas, as mesmas deverão efetuar-se para o Conselho de Arbitragem no prazo de 3 (três) dias úteis após a receção da notificação ou disponibilização da informação, sendo essas reclamações submetidas ao parecer da CAT. Para este efeito, o Conselho de Arbitragem será o ultimo recurso, após ter recebido da CAT, os pareceres e propostas de decisão que são da responsabilidade desta.

## **F) BONIFICAÇÕES / DISPENSAS / PENALIZAÇÕES**

1. Todos os árbitros que participem nas sessões técnicas ministradas pela CAT ou Núcleo, serão bonificados na sua classificação final com 0,005 (cinco milésimas) por presença;
2. Todos os árbitros que participem nas sessões ministradas nos Centros de Treino oficializados pelo Conselho de Arbitragem, serão bonificados na sua classificação final com 0,002 (duas milésimas) por presença;
3. O Conselho de Arbitragem deliberará sobre o número máximo de sessões a bonificar, assim como eventuais condicionantes relacionadas com a matéria, tanto no que refere às presenças nos Núcleos como nos Centros de Treino;
4. Considera-se dispensa todo o pedido de não nomeação para sextas, sábados, domingos e feriados, tendo esta solicitação de ser efetuada com pelo menos 12 (doze) dias de antecedência, contados a partir da data da receção nos serviços do Conselho de Arbitragem;
5. Será atribuída uma penalização de 0,05 por cada dia de dispensa além de 4 (quatro) requerida pelos árbitros durante a totalidade da época;



6. Igualmente será atribuído uma penalização de 0,03 por cada dia de dispensa que não respeite a antecedência prevista no respetivo regulamento.
7. As dispensas solicitadas para os dias de semana (de segunda a quinta-feira) não serão passíveis de qualquer penalização;
8. Serão ainda penalizados os árbitros com 0,20 por cada jogo a que faltarem sem que apresentem justificação válida no prazo de 48 horas, tendo em conta a hora prevista do jogo e esta seja aceite pelo Conselho de Arbitragem;
9. A sanção disciplinar que vier a ser aplicada a cada árbitro incorrerá numa penalização de 0,20 (zero vírgula vinte) por cada jogo de suspensão com que tiver sido punido pelo órgão disciplinar da AFP ou pela FPF;
10. Os jogos a considerar são aqueles para o qual poderia ser nomeado;
11. Caso a suspensão seja aplicada sob a forma de dias de calendário, a sua conversão para efeitos de enquadramento neste regulamento faz-se considerando as jornadas da competição mais elevada;
12. O cálculo final da penalização a atribuir neste item é efetuada através da soma de todas as penalizações aplicadas no decorrer da época.

## **G. DETERMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO FINAL**

### **1. Árbitros das Categorias (C3/C4)**

1. A pontuação média (Pm) corresponderá ao somatório das pontuações dos jogos observados, pontuação do relatório de visionamento (se a aplicar), dividido pelo número de jogos em que foi classificado, com um peso de 70% (setenta por cento). O resultado desta pontuação média será somado à nota resultante da média dos valores apurados pelas notas das provas escritas sobre leis do jogo e regulamentos, teste (s) de inglês (só para categoria C3 e dos testes físicos tendo cada um dos testes um peso como a seguir se demonstra.

2. A pontuação final (PF) é obtida pela seguinte fórmula:

1. Árbitros C3

$$PF = (00 * 0,70 + TF * 0,15 + TE * 0,10 + TI * 0,05) - PN + BN$$

2. Árbitros C4

$$PF = (00 * 0,70 + TF * 0,15 + TE * 0,10) - PN + BN$$

Em que:

**00:** Pontuação resultante das observações

**TF:** Pontuação resultante dos testes físicos

**TE:** Pontuação resultante dos testes escritos

**TI:** Pontuação resultante do (s) teste (s) inglês (só para categoria C3)

**PN:** Penalizações

**BN:** Bonificações

### **2. Árbitros das restantes Categorias**

1. A pontuação final (PF) é obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$PF = (TE * 0,50 + TF * 0,50) - PN + BN$$

**TE:** Pontuação resultante dos testes escritos

**TF:** pontuação resultante dos testes físicos

**PN:** Penalizações

**BN:** Bonificações

3. Em caso de igualdade na classificação final, será concedida preferência ao elemento mais novo em idade e no caso de persistir a igualdade, será o árbitro mais antigo em termos de filiação.

## **CAPÍTULO III**

### **CLASSIFICAÇÃO DOS OBSERVADORES**

#### **Normas Genéricas**

No pressuposto das competências exclusivas definidas nos Estatutos da Associação de Futebol do Porto, bem como do Regulamento de Arbitragem em vigor, são publicadas as presentes Normas de Classificação para a Época 2019-2020 (FUTSAL).

1. Ao abrigo do Regulamento de Arbitragem, as presentes normas aplicar-se-ão aos Observadores Distritais (ObsC2) para determinação dos observadores em conformidade com o Regulamento de Arbitragem da FPF.
2. Pode o Conselho de Arbitragem suspender e/ou substituir a qualquer instante qualquer observador, com base nas notas dos testes ou qualquer outro ato, erro ou omissão grave, devidamente comprovado (incluído no relatório técnico de observação), após deliberação do Conselho de Arbitragem.

#### **A) CRITÉRIOS**

1. A classificação dos observadores incide sobre dois aspetos
  - 1.1. A avaliação dos conhecimentos sobre leis do jogo e regulamentos;
  - 1.2. A avaliação do desempenho da sua função.
2. A avaliação dos conhecimentos será realizada através de dois testes escritos sobre leis do jogo e regulamentos e dois testes práticos de elaboração de um relatório, avaliação esta efetuada no decorrer da época;
3. A avaliação do desempenho de cada observador é realizada pela análise contínua dos seus relatórios, e ainda pela avaliação das reclamações sobre o teor dos mesmos;
4. A avaliação contínua dos relatórios dos observadores é da competência do Conselho de Arbitragem, que os submete à apreciação da CAT, que por sua vez elabora a

respetiva ficha de avaliação, com o respetivo parecer, sendo que todas as penalizações respeitantes às fichas de avaliação, serão diretamente descontadas na pontuação final;

5. O resultado da ficha de avaliação dos relatórios é aprovado pelo Conselho de Arbitragem, que é considerada a última instância;
4. O teste prático consiste na elaboração de um relatório técnico, após visualização de parte ou partes de um jogo que poderá, eventualmente, ser substituído por "apontamentos para o relatório técnico";
5. As reclamações aos relatórios técnicos serão decididas em última instância pelo Conselho de Arbitragem, com base em parecer da CAT;
6. Penalizações por reclamações de relatórios:
  - 6.1 Por cada reclamação efetuada, desde que haja alteração da nota do relatório de observação do árbitro, em valor igual ou superior a 0,5 décimas, o observador será penalizado com 1,5 pontos;
  - 6.2 Por cada reclamação efetuada, desde que haja alteração da nota do relatório de observação do árbitro, em valor compreendido entre 0,2 e 0,4 décimas, o observador será penalizado com 1,0 pontos;
  - 6.3 Por cada reclamação efetuada, desde que haja alteração da nota do relatório de observação do árbitro, em valor inferior a 0,2 décimas, o observador será penalizado em 0,5 pontos;
  - 6.4 A classificação final dos observadores dependerá ainda da subtração dos pontos em que foi penalizado nas fichas de avaliação;
7. Para efeitos de classificação, compete ao Conselho de Arbitragem definir o número de jogos para aferir a classificação.

## **B) CLASSIFICAÇÃO (ObsC2)**

1. A classificação dos observadores é obtida a partir da pontuação inicial de 90 (noventa) pontos, aos quais serão subtraídos os pontos de penalizações dos 3 (três) tipos de avaliação seguintes:

### **1.1 Avaliação teórica**

A avaliação dos conhecimentos sobre leis do jogo e regulamentos será efetuada através de 2 (dois) testes escritos.

### **1.2 Avaliação prática**

A avaliação de 2 (dois) testes de visionamento de parte de um jogo, que poderão, eventualmente, ser substituídos por "apontamentos para o relatório técnico", através da elaboração de relatório técnico de observação.

### **1.3 Avaliação contínua**

Avaliação dos relatórios técnicos elaborados pelo observador ao longo da época nos diversos parâmetros da "Ficha de Avaliação do Relatório Técnico", sendo que todas as penalizações respeitantes às fichas de avaliação, serão diretamente descontadas na pontuação final.

## **CAPÍTULO IV PENALIZAÇÕES/BONIFICAÇÕES**

### **A) AVALIAÇÃO TEÓRICA**

#### **1. Testes escritos**

A cada classificação no teste escrito será atribuída a seguinte bonificação/penalização:

- a) Igual a 100 pontos: + 1,5 ponto
  - b) Entre 90 e 99 pontos: + 1 ponto
  - c) Entre 80 e 89 pontos: + 0,5 pontos
  - d) Entre 70 e 79 pontos: 0 pontos
  - e) Menos de 70 pontos: - 1 ponto
2. Um teste com nota inferior a 60 (sessenta) pontos provoca a suspensão da atividade do observador até à realização de novo teste com nota positiva;
3. Se no teste de repetição se voltar a verificar o incumprimento da pontuação mínima exigida, o observador fica impedido de atuar até à próxima ação de avaliação ou até ao final da época (no caso de não ter cumprido a 2ª ação de avaliação);
4. Para efeitos de classificação é considerado o resultado do teste realizado em primeira chamada, sendo que o resultado da repetição apenas será considerado para efeitos de retoma da atividade.

### **B) AVALIAÇÃO PRÁTICA**

#### **1. Testes de visionamento ou apontamentos para o relatório técnico**

- 1.1 Um teste com nota inferior a 60 (sessenta) pontos provoca a suspensão da atividade do observador até à realização de novo teste com nota positiva e será penalizado com -1 ponto;
- 1.2 Para efeitos de classificação é considerado o resultado do teste realizado;

#### **2. Avaliação do relatório técnico**

2.1 Por cada falha nos parâmetros da "Ficha de Avaliação do Relatório Técnico", serão deduzidos os seguintes pontos:

- a) Item 2, 3 e 6 = - 0,25 ponto
- b) Item 5 = - 0,50 ponto
- c) Item 1 e 4 = - 1 ponto
- d) Item 7 = - 2 pontos

2.2. A "Ficha de Avaliação do Relatório Técnico" é constituída pelos seguintes parâmetros de avaliação:

<b>1</b>	Desconhecimento/desatualização das Leis do Jogo e regulamentação
<b>2</b>	Preenchimento incorreto (outros casos)
<b>3</b>	Descrição pouco clara, despropositada ou incompleta dos factos
<b>4</b>	Omissão de factos importantes
<b>5</b>	Envio tardio do relatório
<b>6</b>	Deficiente preenchimento do relatório, sob o ponto de vista técnico
<b>7</b>	Erros de observação que respeitem a decisões que condicionaram ou pudessem ter condicionado as notas, com efetiva afetação das mesmas, por intervenção do conselho de Arbitragem.

### **C) DETERMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO FINAL**

- 1.** A pontuação final é a resultante da diferença entre a pontuação inicial de 90 (noventa) pontos e a média final das pontuações atribuídas nos diversos fatores avaliativos durante a época;
- 2.** A média final das pontuações atribuídas nos diversos fatores avaliativos durante a época corresponderá ao somatório das pontuações resultantes dos testes, a dividir pelo número total de jogos realizados pelo observador;
- 3.** Também na média final das pontuações atribuídas será inserida a penalização da avaliação dos relatórios técnicos em que as mesmas serão subtraídas diretamente.

Normas de Classificação para Árbitros e Observadores da variante de Futsal:

Aprovadas na reunião plenária do Conselho de Arbitragem, realizada no dia 13 de Junho de 2019.